

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 92Data: 17/08/79 Pg.: \_\_\_\_\_

CURIEMBA  
 677-08-79  
 Av. Higienópolis 933  
 Soltos lavradores que **ESP**  
 atacaram os guajajaras

Do correspondente em  
SAO LUÍS

Os oito lavradores que, no último dia 3, lideraram o ataque aos guajajaras — em que sete índios ficaram feridos — foram libertados por ordem judicial e retornaram a Barra do Corda, onde serão processados. Depois de vários dias detidos em São Luís, respondendo a inquérito aberto pela Polícia Federal, os lavradores aguardam agora o cumprimento da promessa, feita pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, de transferi-los das terras que ocupam naquele município, a fim de evitar uma represália dos guajajaras.

O responsável pelo inquérito da Polícia Federal, delegado Luís Trajano Duailibe, infor-

mou que os lavradores confirmaram o ataque aos índios a golpes de facão e descargas de chumbo, e alegaram que o motivo foi a invasão de suas roças, situadas na reserva indígena de Barra do Corda.

Na Assembléia Legislativa do Maranhão, a CPI sobre os conflitos entre brancos e índios em Barra do Corda ouviu, ontem, o depoimento do frei Oswaldo Caronini, secretário-geral da Associação Educadora São Francisco, que reivindica a propriedade de 7.200 hectares dentro da reserva indígena. Caronini voltou a acusar funcionários da Funai de usarem "métodos marxistas" para fomentar os conflitos. Segundo um deputado que assistiu ao depoimento

prestado em sessão secreta, o frade reafirmou a intenção dos capuchinhos de doarem suas terras aos posseiros — "porque os índios já têm terra suficiente", teria dito. Os frades não aceitam ser classificados de invasores das terras dos guajajaras e desejam permanecer no povoado de Alto Alegre, que consideram "um lugar sagrado". Para Caronini, a decisão da Funai de retirar a missão dos capuchinhos e os posseiros da área é "legal e injusta": "Se o governo achar que isso é conveniente poderá confiscar essas terras, mas terá de respeitar nossas benfeitorias". Entretanto, segundo o deputado, o frade admitiu que a missão não tem nenhum documento comprovando a posse da área.